

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Junho de 2023, Bauru - SP

ANO XXV - Nº 246



Fernando Frazão - Agência Brasil

APOSENTADORIA ESPECIAL É DIREITO DO TRABALHADOR.

Filie-se e lute pela sua!

A aposentadoria especial é um benefício concedido ao cidadão que trabalha exposto a agentes prejudiciais à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, em níveis de exposição acima dos limites estabelecidos em legislação própria. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) estabelece que tem direito a aposentadoria especial o segurado com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, incluídos em lista definida pelo Poder Executivo. De acordo com a legislação, deve ser observada uma carência de 180 meses de contribuições. *Os requisitos divergem para os segurados que se filiaram ao RGPS antes da Reforma da Previdência de 2019 e para os que se filiaram depois:*

- Para os filiados antes da reforma, são três possibilidades, dentro da sistemática de pontos. A primeira é a soma de idade e tempo de contribuição de 66 pontos, com 15 anos de efetiva exposição. A segunda é a soma de 76 pontos com 20 anos de efetiva exposição. A terceira é a soma de 86 pontos com 25 anos de efetiva exposição.

- Para os filiados depois da reforma, não há o sistema de pontos, mas regras de idade mínima. A primeira é de 55 anos

de idade, com 15 anos de efetiva exposição. A segunda é de 58 anos de idade, com 20 anos de efetiva exposição. A terceira é de 60 anos de idade, com 25 anos de efetiva exposição. Recentemente, no dia 10 de maio, o Senado aprovou um projeto de lei complementar que regulamenta a aposentadoria especial por periculosidade. O texto (PLP 245/2019), do senador Eduardo Braga (MDB-AM), estabelece critérios de acesso a segurados do RGPS e resolve questão que ficou pendente desde a Reforma.

EXPOSIÇÃO

A proposta especifica o enquadramento de determinadas atividades (como mineração subterrânea, vigilância ostensiva, transporte de valores, serviços ligados a eletricidade e explosivos) quanto ao tempo de efetiva exposição. A mineração subterrânea, quando em frente de produção, será sempre enquadrada com o tempo máximo de 15 anos. Quando houver afastamento da frente de produção e exposição a amianto, será enquadrada com tempo máximo de 20 anos. As atividades em que há risco à integridade física serão equiparadas às atividades em que se permite 25 anos de efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde,

quando estas atividades forem de vigilância ostensiva e outras. O projeto prevê o pagamento de um benefício indenizatório, pago pela Previdência Social, equivalente a 15% do salário de contribuição quando o segurado for exposto e já tiver completado o tempo mínimo de contribuição.

REGIME PRÓPRIO MUNICIPAL

Quando se fala em aposentadoria especial, o caminho não é simples para servidor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) municipal acessar o direito. Bauru não prevê a modalidade em seu RPPS e conseguir a aposentadoria especial, os servidores precisam recorrer a Justiça. Por isso, a assessoria jurídica do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) representa seus filiados gratuitamente para que estes possam gozar da aposentadoria especial quando for o caso. Nestas situações são aplicadas as regras do Regime Geral de Previdência Social e garantida a aposentadoria ao trabalhador. Se você tem direito ou dúvidas em relação a aposentadoria especial, **filie-se ao Sinserm e agende um horário em nosso plantão jurídico gratuitamente.** Faça valer seu direito!



SINSERM É PALCO DO 1º DE MAIO DE LUTA

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (**Sinserm**) foi palco do 1º de Maio de Luta no Dia do Trabalhador. **A data foi celebrada através de atividades políticas e culturais,** promovidas por coletivos, entidades e militantes independentes. Ao longo de todo o dia os trabalhadores conferiram uma extensa programação, que incluiu **shows, palestras e trocas de experiências que enriqueceram o debate acerca do futuro da classe trabalhadora.**

Além das atividades, quem compareceu ao evento também pode prestigiar a feirinha de economia criativa e colaborar

com os empreendimentos. A principal palestra do dia ficou por conta do militante Paulo Galo, liderança dos entregadores antifascistas. Galo é um motofretista, ativista e artista de Rap que se destacou no Brasil como militante do movimento social de trabalhadores em aplicativos durante a pandemia de Covid-19. Ele falou sobre a uberização e precarização do trabalho no país.

Ele foi preso em 2021, em São Paulo, apontado como um dos autores do incêndio da estátua de Borba Gato na zona sul da cidade. Na ocasião, a esposa do entregador, Gêssica, também foi detida. O incêndio foi causado pelo Movimento Entregadores Antifascistas, num eco às diversas derrubadas de estátuas que aconteceram nos Estados Unidos e na Europa naquela época.

No bate papo com Galo, **os participantes compartilharam histórias, tiraram dúvidas sobre o futuro do trabalho e demonstraram a indignação que move os trabalhadores precarizados.**



Fotos: Paula Cavalini

Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

[SINSERM.COM.BR/](https://sinserm.com.br/)



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!



SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DISCUTEM ATUALIZAÇÃO DO PCCS EM REUNIÕES NO SINSERM

No dia 18 de maio, um grupo de servidores públicos da Educação se reuniram na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm), para discutir a atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Além de duas integrantes da Comissão de servidores formada para acompanhar o processo junto a Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa do Direito (Fadep), representantes do apoio escolar e da diretoria do sindicato participaram do encontro.

As integrantes da Comissão explicaram, como ocorreu a última reunião o representante da Fadep e como serão os procedimentos a partir de agora, além de ouvir as demandas apresentadas pelo grupo.

No dia 19, o Sinserm recebeu professores na rede municipal de ensino, para discutir a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Conforme ocorrido na noite anterior, integrantes da Comissão de servidores formada para acompanhar o processo junto a Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa do Direito (Fadep), e diretores do sindicato participaram do encontro. Esteve em pauta a reunião realizada com o representante da Fadep

e informado aos professores como serão os procedimentos a partir de agora, além de ouvir as demandas apresentadas pelo grupo.

Além da falta de representatividade na Comissão, o prazo estabelecido para que a categoria apresente suas demandas foi um dos pontos mais criticados ao longo da reunião.

Pouco a pouco, servidores de todos os setores deverão se reunir no sindicato, já que a formação da Comissão não ocorreu de forma ampla e representativa conforme ansiava a categoria. Sendo assim, ao longo de toda a revisão, os integrantes da Comissão serão convidados pelo Sinserm para dialogar com a base, a fim de ouvi-los e incluir suas necessidades no processo de atualização do PCCS.

A Prefeitura Municipal de Bauru assinou contrato com a Fadep, no dia 25 de novembro de 2022, no valor total de R\$ 1,46 milhão, para prestação de serviços técnicos para diagnóstico e propor melhorias na gestão de pessoas no âmbito da Administração Direta. A vigência do contrato é de 24 meses, sendo que a conclusão do trabalho será de no máximo 18 meses. A instituição também

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU:

assinou contrato com a Fadep, no dia 25 de novembro de 2022, no valor total de R\$ 1,46 milhão, para prestação de serviços técnicos para diagnóstico e propor melhorias na gestão de pessoas no âmbito da Administração Direta.

vai levantar o diagnóstico das despesas de pessoal; a revisão do plano de cargos, carreiras e salários dos servidores efetivos; a revisão da estrutura organizacional da Prefeitura e do quadro de cargos em comissão e funções de confiança, e a revisão do estatuto dos servidores municipais e do estatuto do magistério.

A Fadep também coordena a reestruturação administrativa na Câmara Municipal de Bauru. O Poder Legislativo assinou, no dia 26 de janeiro de 2022, o contrato com a Fadep com o objetivo de prestar serviços de assessoria e consultoria especializada à Casa de Leis, para desenvolver o trabalho de reforma administrativa e a revisão do Regimento Interno da Câmara Municipal e da Lei Orgânica do Município de Bauru.



Bruno Cecim - Agência Pará

PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM: SINSERM NOTIFICA PREFEITA SUÉLLEN ROSIM PARA O PAGAMENTO IMEDIATO

A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) notificou a prefeita Suéllen Rosim no dia 23 de maio, para que realize o pagamento imediato os pisos nacionais dos profissionais de Enfermagem, estipulado na Lei Federal 14.434/2022. Em 4 de agosto de 2022, foi publicada a lei instituindo o piso salarial nacional do Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, aplicável aos Estados e Municípios, instituindo os seguintes valores:

Servidor(a) Enfermeiro(a) = R\$ 4.750,00

Servidor(a) Técnico em Enfermagem = R\$ 3.325,00

Servidor(a) Auxiliar de Enfermagem = R\$ 2.375,00

Ocorre que após a publicação da lei que estipulou os pisos nacionais da Enfermagem, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Roberto Barroso, suspendeu a obrigatoriedade do pagamento para que entes públicos e privados esclarecessem os impactos e a fonte de custeio para o pagamento pelo governo federal.

Recentemente, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promulgou a **Lei Federal 14.581/2023**, disponibilizando recursos federais para o pagamento dos pisos. Sendo assim, em nova decisão, o Ministro

Luiz Roberto Barroso determinou a imediata aplicação do pagamento.

Diante dos fatos, o Sinserm solicitou que a prefeitura cumpra a referida legislação e institua os pisos salariais aos profissionais de Enfermagem no município. O Executivo municipal deve aguardar a decisão final do STF para se posicionar.



PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO - SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



A PEDIDO DO SINSERM, COMISSÃO DA CÂMARA INICIA PROCESSO PARA REALIZAR AUDITORIA NA EMDURB

No dia 22 de maio, a Comissão de Fiscalização e Controle protocolou junto a presidência da Câmara Municipal de Bauru pedido de abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em auditoria a fim de apurar as contas da Empresa Municipal de Desenvolvimento urbano e Rural de Bauru (Emdurb) dos últimos 20 anos.

A auditoria é uma reivindicação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm), que no dia 15 de maio protocolou a solicitação junto a presidente da Comissão, vereadora Estela Almagro (PT). O objetivo é identificar a origem do déficit que atinge a empresa e prejudica seu pleno funcionamento atualmente.

Em nota à imprensa, a vereadora justificou que “Nos últimos anos a Emdurb tem cumulado sucessivos déficit de arrecadação, ocasionando mora no pagamento dos seus credores e inexistência de recolhimento de obrigações trabalhistas junto aos órgãos governamentais. A incidência da crise financeira na empresa municipal é pauta reiterada nas discussões do parlamento, fato que se materializa com o envio dos projetos de lei, denominado de “Pacote Emdurb”, em trâmite

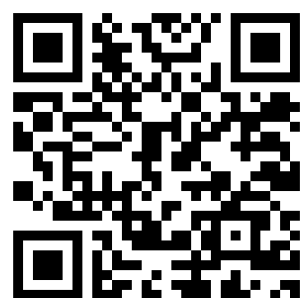
VEREADORA ESTELA ALMAGRO (PT):

“Nos últimos anos a Emdurb tem cumulado sucessivos déficit de arrecadação, ocasionando mora no pagamento dos seus credores e inexistência de recolhimento de obrigações trabalhistas junto aos órgãos governamentais”

nas comissões desta casa, circunstância que tem exigido dos parlamentares estudos detalhados das minutas em comento.”

Cumprindo seu papel fiscalizador, o Sinserm é autor da provocação que motivou o pedido de abertura do certame para realização da auditoria e agradece, publicamente, a pronta disposição da Comissão, na pessoa da vereadora Estela Almagro, em acatar o pedido.

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.





RECESSO ESCOLAR PARA SERVIDORES DE APOIO: SINSERM REIVINDICA PROJETO DE LEI QUE TORNE-O DIREITO PERMANENTE

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm), solicitou no dia 23 de maio, via ofício protocolado junto à Administração Municipal, que seja elaborado um Projeto de Lei de modo a assegurar permanentemente o direito dos servidores de apoio escolar aos 10 dias úteis de recesso.

No dia 15 de julho de 2019, foi publicado no Diário Oficial do Município o Decreto nº 14.288/19 que regulamenta o Recesso Escolar, mais precisamente os artigos 31 e 32 da Lei Municipal nº 6.217/2012 (Estatuto do Magistério Municipal), que determinam aos Especialistas em Gestão Escolar, a título de obrigação de fazer a organização de escalas de trabalho nas Unidades Escolares de Ensino Infantil e Fundamental no referido período.

O Decreto passou a vigorar na data de sua publicação, estabelecendo no artigo 9º, o direito dos servidores de apoio aos 10 dias úteis de recesso anuais.

“Art. 9º. Os Servidores de Apoio gozarão, anualmente, de 30 dias de férias, podendo ser fracionados em até dois períodos de 15 dias, e 10 dias úteis, anuais, de recesso, compreendidos nos períodos estabelecidos para esse fim, em Calendário Escolar homologado pela Secretaria Municipal da Educação, conforme escala previamente organizada pelo Especialista em Gestão Escolar ao qual são subordinados”.

O Decreto foi publicado atendendo uma reivindicação antiga e justa dos servidores do apoio escolar, após várias reuniões com a Administração, já que durante os recessos escolares há uma diminuição do fluxo de alunos nas

Unidades Escolares da Educação Infantil e Fundamental.

Ocorre que o Sinserm recebeu inúmeras ligações e mensagens de servidores de apoio, receosos com a possibilidade de revogação do decreto nº 14.288/19, extinguindo o direito destes servidores ao recesso. Solicitamos, portanto, que o benefício seja convertido em Lei Municipal e vigore de maneira permanente.

O sindicato correrá a base colhendo assinaturas para abaixo-assinado da categoria e entregará o documento ao Executivo! Nenhum direito a menos. Recesso permanente já!



/sinserm



CURTA A PÁGINA DO SINSERM NO FACEBOOK



EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, SINSERM COBRA MECANISMOS DE PUNIÇÃO CONTRA O ASSÉDIO MORAL

A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) participou, no dia 31 de maio, de uma Audiência Pública realizada pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Municipal, sobre assédio moral no serviço público. A iniciativa foi da vereadora Estela Almagro, presidente da Comissão.

Além do Sinserm, foram convocados para o encontro, o secretário de Administração, Cristiano Ricardo Zamboni; o secretário de Administrações Regionais, Jorge Luís de Souza; o secretário de Agricultura e Abastecimento, Jorge Abranches; a secretária municipal do Bem-Estar Social, Ana Cristina de Carvalho Sales Toledo; o secretário de Cultura, Paulo Eduardo Dias Campos; a secretária de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda, Flávia Thais Oliveira de Souza; o secretário de Finanças e Economia, Everton Basilio; o secretário da Educação, Nilson Ghirardello; o secretário de Esportes e Lazer, Alexandre Zwicker; a secretária de Meio Ambiente, Gislaine Magrini; o secretário de Negócios Jurídicos, Gustavo Bugalho; a secretária de Obras, Pérola Mota Zanotto; o secretário interino de Planejamento, Luis Renato Fuzel; a secretária de Saúde, Giulia da Cunha Fernandes Puttomatti; além do chefe de Gabinete, Rafael Lima Fernandes; o presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru, Leandro Dias Joaquim; o presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento

Urbano e Rural de Bauru (Emdurb), Donizete do Carmo, e o presidente da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev), David José Françoso.

O representante jurídico do sindicato, José Francisco Martins, reiterou a importância da discussão e enfatizou a grande representatividade de gestores na Audiência. Ele pontuou que no tocante às manifestações de assédio, aquele de caráter sexual já é tipificado no código penal brasileiro, mas lembrou que o assédio moral ainda não é previsto como crime no Brasil.

Isso dificulta a identificação e a condenação das ações reiteradas de assédio moral. O que ocorre, eventualmente, é uma punição administrativa disciplinar ao assediador e uma reparação material e/ou moral à vítima.

Além das dificuldades impostas pela burocracia para condenar um assediador, um dos grandes desafios para desconstruir a cultura do assédio, é convencer o assediado a denunciar tais situações. O assédio fragiliza física e psicologicamente quem sofre com a prática, o que naturalmente coíbe as vítimas de se manifestarem. De todo modo, aqueles que conseguem superar o medo têm mais um obstáculo pela frente: reunir provas e convencer os pares de trabalho a testemunhar, se for o caso.

Este ecossistema confere ao

O assédio fragiliza física e psicologicamente quem sofre com a prática, o que naturalmente coíbe as vítimas de se manifestarem. De todo modo, aqueles que conseguem superar o medo têm mais um obstáculo pela frente: reunir provas e convencer os pares de trabalho a testemunhar, se for o caso.

assediador uma sensação de plena impunidade, ao mesmo tempo que desencoraja cada vez mais as vítimas a se pronunciarem contra o assédio moral.

O Sinserm busca, incessantemente, identificar e punir de maneira exemplar os assediadores que estão no serviço público municipal. Para tal, é importante que o assédio moral seja tipificado como crime e sejam estabelecidos critérios para identificação e condenação de quem o pratica. Também é fundamental que as vítimas se sintam seguras ao relatar episódios de assédio. O sindicato, como órgão regulador e fiscalizador, estará sempre ao lado das vítimas, de modo a não permitir retaliações. Vamos juntos enfrentar este mal que corrói as relações de trabalho em todo o país. **Denuncie!**



PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO JÁ!

A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Municipal de Bauru, presidida pela vereadora Estela Almagro (PT), realizou uma Audiência Pública nesta quinta-feira (1), sobre a implementação do piso salarial nacional do magistério no município. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) esteve presente e defendeu o pagamento imediato dos valores aos professores. Na última terça-feira (30), a Prefeitura recebeu o sindicato e algumas professoras para apresentar um projeto de viabilização do pagamento, que inclui alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Secretaria da Educação.

A alternativa inicial é a extinção gradual do cargo de professor adjunto, com a criação de novos cargos de professor especialista e a migração de profissionais conforme a disponibilidade de vagas, seguindo os critérios já existentes. Segundo a prefeitura,

aqueles que permanecerem em um primeiro momento no cargo de professor adjunto também receberão ao menos o valor mínimo do piso do magistério. A adequação exigirá ajustes – que devem ser discutidos com a categoria antes do envio de um Projeto de Lei a Câmara –, além de um aumento da contribuição previdenciária patronal, ou seja, da prefeitura, para a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev), sem gerar mais descontos nos salários dos trabalhadores. Na audiência desta quinta, o Executivo reiterou a proposta e ouviu sugestões dos professores. Os profissionais tiraram dúvidas em relação às alterações e pontuaram as imperfeições do projeto. O Sinserm também fez intervenções. Consideramos que as alternativas apresentadas pela Administração representam avanços em relação ao modelo atual. No entanto,

dada a complexidade do PCCS, é necessário esgotar todas as dúvidas e documentar cada ponto para evitar problemas futuros. Realizadas a reunião e a Audiência Pública, o sindicato aguarda um documento elaborado pelo Executivo para então discutir pontualmente com a categoria.

**FORTALEÇA
SEUS DIREITOS!**

Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação e ajude a manter a luta do funcionalismo público viva.**

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

